

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Marinha confirma chegada de óleo a Abrolhos; cientistas temem ‘catástrofe’	2
Título: Empresa nega vazamento; Guarda grega fala em 5 navios suspeitos	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Vamos propor uma reforma profunda ao país, diz Guedes	4
Título: Cidades do Rio vão concentrar receita do megaleilão do pré-sal	13
Título: Manchas de óleo chegam ao Parque Nacional de Abrolhos	15
Título: Venda de estatais pode ficar de fora do PPI para privatizações acelerarem	16
Título: Dona de navio suspeito nega vazamento de óleo	20
VEÍCULO: O Globo	20
Título: Leilões dão fôlego extra para economia do Rio	20
Título: Regime de exploração ainda é visto com ressalvas por especialistas	22
Título: Nova onda do petróleo não chega ao setor naval	23
Título: Megaleilão reforça Brasil como o país mais atraente, para o setor de	26
Título: Manchas de óleo chegam a Abrolhos, diz Marinha	29
Título: Navio grego nega que tenha ligação com vazamento	30
Título: investigações de garimpos crescem	31
VEÍCULO: Correio Braziliense	33
Título: Óleo chega a Abrolhos	33
Título: Histórico de desastres no país	34
Título: Desafios imensos pela frente	36
Título: 12 empresas disputam quatro áreas do pré-sal	37
Título: Venda de blocos já exploradas	39

Título: Dinheiro dividido e com gasto limitado 39

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/11/2019

Seção: Metrópole

Autor: Paula Felix

Título: Marinha confirma chegada de óleo a Abrolhos; cientistas temem 'catástrofe'

Ambiente. Registros são da Ilha de Santa Bárbara e de Ponta da Baleia, ainda fora do parque nacional; para especialistas, se os recifes locais forem atingidos em massa, a recuperação poderá demandar décadas. No País, há 49 locais com registro ativo de contaminação

A Marinha confirmou ontem que fragmentos do óleo que atinge as praias do Nordeste foram encontrados em uma das ilhas do Arquipélago de Abrolhos, no sul da Bahia, uma das áreas mais ricas em biodiversidade da América da Sul. As partículas foram detectadas na Ilha de Santa Bárbara, ainda fora do Parque Nacional de Abrolhos.

Equipes atuam no local para a remoção do material, que também foi encontrado em Ponta da Baleia, em Caravelas. A localização dos fragmentos foi informada pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA), formado pela Marinha do Brasil, Agência Nacional de Petróleo (ANP) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Até agora, já foram relatados 296 pontos afetados pela poluição em 101 municípios dos 9 Estados do Nordeste. Anteontem, havia registro ativo em 49 localidades. Para pesquisadores, resquícios podem ainda chegar a Espírito Santo e Rio.

Guilherme Dutra, diretor da Estratégia Costeira e Marinha da Conservação Internacional, que atua no Parque Nacional de Abrolhos desde 1996, diz que o local nunca viveu uma situação de ameaça tão crítica. Segundo ele, equipes estão na região e já entraram em contato com representantes do santuário. "Estamos bastante preocupados com a chegada do óleo nos recifes pelo impacto físico da mancha, que se instala e impede a chegada de luz, e pela contaminação química, porque sabemos pouco sobre os efeitos."

Há preocupação notadamente com corais. "São a base do ecossistema dos recifes, principal espécie construtora deles e onde os animais marinhos se abrigam e buscam alimento." Dutra relata que, ao longo da última semana, uma

grande quantidade de óleo já havia sido retirada de regiões próximas. “De Canavieiras foram retiradas 11 toneladas de óleo.” Os cientistas temem ainda pelas baleias: todos os anos, cerca de 9 mil jubartes vêm da Antártida para reproduzir na área – em um período que normalmente vai de junho a novembro.

Ameaça. A situação também é acompanhada pela Rede Abrolhos, que reúne pesquisadores do Brasil e do exterior. Segundo Rodrigo Leão Moura, professor adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), “uma quantidade grande de óleo chegou à reserva extrativista do Corumbau e também em Arraial d’Ajuda, ao norte de Corumbau”. “A contaminação está progredindo rapidamente para o sul. E o prognóstico é de que atinja a porção mais central do Banco Abrolhos, que é a mais crítica, porque tem recifes de corais que ficam afastados da costa.”

Para Moura, a chegada do óleo na região de Abrolhos é um evento de “natureza catastrófica, porque não há como limpar”. “Se os recifes forem atingidos em massa, a recuperação, se acontecer, levará décadas.” / COLABOROU ANDRÉ MARINHO, ESPECIAL PARA O ESTADO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/11/2019

Seção: Metrópole

Autor: Cristian Favaro

Título: Empresa nega vazamento; Guarda grega fala em 5 navios suspeitos

Delta afirma que nada detectou no Bouboulina e todo o óleo chegou ao destino; PGR diz que dará prioridade à investigação

A Delta Tankers, dona do navio- tanque NM Bouboulina, apontado desde sexta-feira como o principal suspeito de ter derramado o óleo que desde o fim de agosto atinge o litoral do Nordeste, afirmou que não há evidências de que a embarcação tenha perdido ou transferido petróleo para outra embarcação no percurso entre a Venezuela e Malaca, na Malásia.

A empresa se manifestou por meio de nota, divulgada em seu site neste sábado. Segundo o texto, a companhia “realizou uma pesquisa completa do material nas câmeras e sensores que todos os navios carregam como parte de sua segurança e políticas ambientais, para monitorar as atividades a bordo, as atividades ao lado da embarcação, bem como as alternâncias de curso, paradas, velocidade etc” e nenhuma irregularidade foi encontrada. A empresa afirmou que todo o material será entregue às autoridades brasileiras, caso a companhia seja procurada. “Até agora, esse contato não foi feito”, acrescentou. Por fim, a Delta

Tankers reiterou que a embarcação partiu da Venezuela em 19 de julho e foi direto para Malaca, “onde descarregou toda a carga sem qualquer falta”.

Enquanto isso, a porta-voz do serviço de Guarda Costeira da Grécia explicou à agência de notícias AFP que “a investigação levada a cabo no Brasil demonstrou que cinco barcos, de outros tantos países, são suspeitos do derramamento, incluindo um grego”. Mas não se precisou nome de navios, companhias ou nacionalidades. Segundo a investigação brasileira, que incluiu cientistas e pesquisadores públicos e privados, com uso de satélites europeus e americanos, só o Bouboulina estava na área em que primeiramente se registraram as manchas de óleo.

PGR. Já o procurador-geral da República, Augusto Aras, afirmou ontem que a Secretaria de Cooperação Internacional dará prioridade à Operação Mácula, movida pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, que mira o navio grego Bouboulina. “A atuação repercute de forma extremamente positiva nacional e internacionalmente, prevenindo futuros casos e, por isso, merece todo apoio da PGR.” / COLABOROU LUÍS VASSALLO, COM AGÊNCIAS INTERNACIONAIS

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 03/11/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Vamos propor uma reforma profunda ao país, diz Guedes

Dá para esperar 4 aninhos de um liberal após 30 anos de centro-esquerda?

Para o ministro da Economia, governo inicia uma profunda reforma, que propõe modernizar o Estado brasileiro sem brigar com o passado

ENTREVISTA

Alexa Salomão

São Paulo - Nesta semana, o governo de Jair Bolsonaro encaminha ao Congresso seis conjuntos de medidas que, nas palavras do ministro da Economia, Paulo Guedes, dão início a uma tardia reforma do Estado. “Essa transformação da máquina pública — que servia a uma ordem politicamente fechada e agora precisa servir à população—busca a modernização”, diz Guedes.

O conjunto é amplo. Está previsto o envio de três PECs (Proposta de Emenda à Constituição) para o Senado: a PEC Mais Brasil, que Guedes chama de pacto federativo e que traz um novo regime fiscal e propõe a soma do gasto

obrigatório com saúde e educação; a PEC da emergência fiscal, que institui gatilhos para conter gastos públicos em caso de crise financeira na União, estados e municípios; e a PEC dos fundos, que revê 281 fundos públicos.

Para a Câmara seguem a PEC da reforma administrativa, que remodela o serviço público de todos os entes, e um projeto de lei que traz um novo modelo de privatizações.

A primeira fase da reforma tributária do governo, que une tributos federais para instituir o IVA dual, entra numa comissão mista, explica o ministro.

Segundo Guedes, o trâmite e o arcabouço de cada proposta são resultados de um diálogo construtivo entre Executivo e Legislativo. “Hoje, presidente e Congresso são reformistas. As reformas que vêm aí foram processadas politicamente”, afirma.

*

O que será anunciado nesta semana, ministro?

O pessoal chama de Mais Brasil. Mas eu chamo de pacto federativo. É uma reforma do Estado que se inicia. Temos de transformar o aparelho de Estado absolutista de Thomas Hobbes, moldado para investir na infraestrutura material, através de estatais e bancos públicos, no Estado de Jean-Jacques Rousseau, que possa atender às legítimas aspirações sociais de uma democracia emergente, através da descentralização dos recursos para investimentos em capital humano: saúde e educação. É a transformação do Estado que deve ser moldado para melhor servir uma ordem democrática.

Mas exatamente quais são as medidas?

O pacto federativo é a reforma do Estado em vários capítulos. Primeiro, cria o marco institucional de um novo regime fiscal. O país tem uma lei de responsabilidade fiscal que ninguém cumpre, então, queremos que os responsáveis pelos principais Poderes estejam em contato com essa realidade. A cada três meses, vão se reunir no Conselho Fiscal da República, com o presidente da República, os presidentes da Câmara, do Senado, do TCU (Tribunal de Contas de União), do STF (Supremo Tribunal Federal), da associação de TCEs (Tribunais de Contas dos Estados). Foram meses de discussões para chegarmos a esse modelo, porque o drama fiscal brasileiro se desenvolve em várias dimensões. Estão todos lá porque, por exemplo, um Supremo bem informado sobre a realidade financeira de União, estados e municípios decide melhor.

O que fará esse conselho?

Vai avaliar a situação financeira dos entes federativos.

Qual seria o segundo capítulo?

A redistribuição de recursos do dinheiro do pré-sal. Está dentro da PEC do pacto também. O terceiro capítulo é a PEC dos gatilhos, que também vai para o Senado e que estamos chamando de PEC emergencial, porque ela é para ser aplicada o quanto antes. Na Câmara, o deputado Pedro Paulo [DEM-RJ], numa iniciativa muito meritória, entendeu, há algum tempo, que era preciso travar os gastos. Mas a proposta dele cuida apenas da União. É preciso incluir estados e municípios. Então, apoiamos a do Pedro Paulo na Câmara e vamos levar para o Senado uma PEC mais completa, com um número maior de gatilhos —a do Pedro Paulo tem uns seis; a nossa, uns dez—, que inclui União, estados e municípios. Assim, damos capacidade de gestão a governadores e prefeitos, e ao próprio presidente. Lá na frente, as duas propostas conversam numa comissão mista. A beleza é que damos duas ferramentas com essa PEC. A primeira, os gatilhos automáticos. Se estiver com risco de quebrar, trava a despesa. Não pode dar reajuste por dois anos, por exemplo. Mas tem mecanismos auxiliares para irrigar o estado ou o município em dificuldades. Pode ser oferecido um financiamento, uma antecipação da economia prevista no ajuste. É o Plano Mansueto. Nos próximos anos, só vai ter problema quem quiser. Qualquer um vai poder apertar um botão que trava a despesa e chove receita. Em um ano ou dois, ele sai do buraco.

Quais seriam os outros capítulos?

Quarto, reforma tributária, que vai para uma comissão mista —parte é PEC, parte não. Quinto capítulo é a reforma administrativa, que vai como PEC também para Câmara. Sexto, privatizações.

Qual será a medida para privatizações?

É o fast track. Já tem o entendimento no Supremo de que é possível privatizar, mas precisamos de um processo mais ágil para privatizar as empresas-mãe. Salim Mattar [secretário de Desestatização e Desinvestimento] está terminando uma lista que vamos incluir no projeto.

E quais seriam as mais importantes?

Prefiro não falar.

Mas tem Eletrobras, por exemplo?

Então, ainda não. **O ministro Bento [Albuquerque, de Minas e Energia]** quer mandar a privatização da Eletrobras num projeto separado. Ainda estamos vendo.

A Petrobras está na lista?

O presidente pediu para não colocar, ainda.

Em algum, momento, então, entra na lista?

Não agora. Num segundo mandato, o presidente vai considerar as grandes. Nós, da equipe econômica, queríamos tudo agora.

O sr. não falou em desvinculação do Orçamento.

É mais um capítulo: desvinculação, desobrigação, desindexação. Descarimbar o dinheiro. Devolver os orçamentos públicos para a classe política. Hoje o Brasil é gerido por um software. Está tudo carimbado. Já está escrito quanto será gasto em educação, saúde, com salários.

Vão descarimbar saúde e educação?

Me avisaram que não tem como desindexar tudo. A esquerda vai atacar. Vão vir para cima. Nesse caso, eu tenho de ceder. Dinheiro de saúde e educação tem muita demanda. Eu já recebi pedido desesperado de governador por dinheiro para saúde ou para educação. Bom, em vez de carimbar cada um, por que a gente não soma as duas e deixa o cara escolher como gastar? Eu respeito o desejo e mantenho a indexação, mas dou capacidade de gestão.

Vão somar as duas?

Sim. Vamos supor que da receita sejam 25% para educação e 15% saúde. Passa a ser 40% para as duas, e assim abre margem para escolher onde gastar mais. Também vamos reavaliar 281 fundos públicos. Alguns desses fundos foram feitos por um pirata privado, uma criatura do pântano político e um burocrata corrupto —um hoje mora em Miami, outro fugiu para Portugal e o terceiro morreu. O fundo, porém, está lá, com um dinheiro carimbado que ninguém pega. São R\$ 240 bilhões que a União tem e estão travados. Por outro lado, tem uma dívida de R\$ 5 trilhões, que podia ser de R\$ 4,7 trilhões: era só fazer encontro de contas. Mas o dinheiro está pendurado lá, e o fluxo continua alimentando. Exemplo: Sergio Moro [ministro da Justiça e Segurança Pública] precisa de R\$ 500 milhões para a Força de Segurança Nacional. Não tem. Mas o fundo penitenciário tem R\$ 1,5 bilhão.

Vão acabar com eles para abater a dívida?

Vamos analisar. A tendência é não mexer nos fundos constitucionais, mas deve ter uns 200 que são tiros para todos os lados. Além da dívida, eu gostaria de convergir para dois grandes fundos, um de infraestrutura, que chamo de fundo da reconstrução nacional, e outro fundo para a erradicação da pobreza. A ideia veio do aprendizado legal que estamos tendo. A [senadora] Kátia Abreu [PDT-TO] esteve lá outro dia para mostrar que há quatro fundos relacionados a infraestrutura que conversam. Se juntássemos, teríamos dinheiro para concluir toda a Calha Norte, obra que aumentaria a competitividade, reduziria o tempo de viagem até a China. Todos os fundos são poupança forçada. Dinheiro da população. Precisa ser devolvido a ela.

Ministro, não é possível fazer tudo ao mesmo tempo. Qual é o cronograma? Algo pode sair até o Natal?

Vamos encaminhar tudo agora. Mas cada uma vai andar na sua velocidade. A análise dos fundos vai demandar um ano. A tributária, acho, vai demorar, tem mais contencioso, lá tem no Congresso o projeto do [deputado] Baleia Rossi [MDB-SP], na Câmara, e o do [ex-deputado Luiz Carlos] Hauly no Senado. A nossa reforma vai ser faseada. Vamos lançar agora o IVA dual. Unir PIS, Cofins, IPI e esperar o acoplamento dos estados e municípios. Examinávamos o imposto sobre transações [que o mercado chama de nova CPMF], que permitiria que as outras alíquotas fossem mais baixas. Mas, quando todo o mundo rejeitou, foi preciso recalibrar os outros impostos para cima. Inclusive a desoneração da folha, que eram favas contadas, está sendo aplicada limitadamente para jovens.

Como fica a reforma do Imposto de Renda?

Muita coisa depende só de canetada da Receita, podíamos até fazer, mas não quero surpresas. Acho difícil sair para o ano que vem.

O anúncio das reformas foi adiado algumas vezes. O que houve?

Vocês estão com a mentalidade do pacote. Não é isso que vai acontecer. Nós estamos fazendo algo muito diferente do que aconteceu na Previdência. Estamos fazendo uma agenda de trabalho. Não é o pacote. Temos várias frentes nessa nova etapa de reformas e já está tudo nas mãos deles para a avaliação final.

Nas mãos de quem?

Do presidente Bolsonaro, de Rodrigo Maia [presidente da Câmara], Davi Alcolumbre [presidente do Senado], os líderes, como o Bezerra [Coelho, MDB-PE, líder do governo no Senado]. Tenho conversado com todos. Vou explicar o que aconteceu. Houve um momento em que o Maia achou que aprovaria a reforma da Previdência em segundo turno uma semana depois do primeiro

turno. O Alcolumbre até ficou disposto a suspender as férias do Senado para colocar logo lá também. A ideia era, quando o povo voltasse de férias, que a gente apresentasse o pacto federativo. Mas veio a desarticulação política: os parlamentares começaram a pedir emendas —tudo republicano, mas travou e atrasou. A partir daí, porém, houve uma mudança na articulação, se instalou uma vontade de construir, veio espaço político para conversar. Hoje, presidente e Congresso são reformistas. As reformas que vêm aí foram processadas politicamente. Há uma avaliação conjunta: essa daqui é melhor ir pela Câmara, essa outra, pelo Senado. Essa aparente demora, na realidade, é um enorme ganho.

Nessas conversas, houve disposição em tirar a estabilidade dos servidores na reforma administrativa?

Ela será tirada. Sim. Dos novos. Antes as pessoas falavam: precisa fazer reforma do setor público e mexer na estabilidade. Vinha bomba, tiro e porrada. O Brasil nem acaba com estabilidade nem valoriza o servidor. Eles são detestados e temidos pela opinião pública. Ninguém abraça o funcionário público, porque ninguém os vê como servidores, vê como autoridades. Ele é o cara que, quando você vai tirar um documento, te trata mal. Eles precisam aprender que estão mal na opinião pública. Eles precisam mudar de atitude para serem valorizados. Saber que não estão ali para nos maltratar. Ao mesmo tempo, estão sem autoestima. O que acontece? O cara entra e tem salário só 10% abaixo de quem está lá há 30 anos. Não se valoriza a senioridade. Todo o mundo está próximo do teto. O cara entra e em seis, sete anos está ganhando o teto. Nós fizemos uma reforma profunda para a frente, para não brigar com o passado. Não vamos atingir direitos adquiridos, mas o cara que entrar daqui para a frente vai ter três anos de [estágio] probatório, depois sete anos de contrato.

Não efetiva no começo com estabilidade?

Não. Por que vai efetivar com estabilidade tão rápido? Serão três anos de probatório. Passou? Parabéns. Mas pode ser demitido se for um mau servidor. Vai tratar bem o público. Se tratar mal, tiver reclamação, não alcançar boa performance, vai ser demitido. Mas, se cumprir bem os dez anos, ok: você é um servidor público, serve à população, é exemplar. Você é servidor de Estado. Não é de governo. Vai ser assim com todo o mundo.

Vão rever carreiras também?

Vou te dar um exemplo. Assoprador de vidro. Existe essa carreira. Outra: datilografa. Está lá até hoje. Vamos remanejar as pessoas, mas esses cargos vão ser extintos. E daqui para a frente não tem mais concurso para assoprador de vidro. Vamos fazer um choque digital. Nos próximos cinco, seis anos, 40% do

funcionalismo se aposenta. Apenas controlando essa variável —reduzir a taxa de gente que entra— já é possível fazer um choque de produtividade. Temos exemplos chocantes. No INSS, saíram 5.000, 6.000 funcionários, e a produtividade aumentou brutalmente. Os caras saíram, mas está tudo digitalizado. Tinham 97 serviços que precisavam ser prestados presencialmente, inclusive a famigerada prova de vida. Você botava a cama de uma senhora num caminhão, do norte fluminense até o Rio de Janeiro, para um lugar certificado para dar a prova de vida. Olha a barbaridade. Temos impressão digital. A população brasileira é uma das mais digitalizadas do mundo. Terceiro ou quarto maior mercado digital. Resumindo: dos 97 serviços, 92 já são prestados digitalmente. São fraternas e generosas as nações mais prósperas e eficientes. Se você não tem eficiência, o discurso da fraternidade é o discurso do socialismo bolivariano. Ninguém falou mais em solidariedade que a Venezuela. Estão fazendo essa quizumba toda com o Chile, e a Venezuela é que é melhor?

O Chile é um modelo citado como bem-sucedido por vários economistas, inclusive o sr., mas o que houve para a população ter aquela reação?

Democracia é assim mesmo: barulhenta. Apesar de o país ter uma renda per capita quase duas vezes a do Brasil, ainda há insatisfação com a desigualdade. Eu pergunto: cadê a passeata na China? Como é uma passeata lá na Venezuela?

Alguns viram na reação chilena a falência do modelo neoliberal.

Não acredito nisso. É tolice. Vamos comparar o neossocialismo do Maduro [Nicolás Maduro, presidente da Venezuela] com o neoliberalismo do Pinera [Sebastián Pinera, presidente do Chile]. Vamos comparar renda per capita, indicadores de saúde, taxa de suicídio, violência de direitos. Faz a comparação que você quiser entre os dois modelos. Isso é coisa de gente presa no passado. Uma nação próspera também é mais generosa. Os chilenos vão resolver os problemas deles bem antes da Venezuela. O problema deles é só garantir um salário mínimo na aposentadoria, porque pela capitalização já conseguiu 70%, 80% do mínimo. Agora é só conseguir os 20% que faltam. Sem a capitalização, não garantiam nada.

O sistema de capitalização também foi apontado como parte do problema.

Tolice. O Chile cresceu por 30 anos porque tinha capitalização. Capitalização significa que, em vez de o teu dinheiro ir para a Jorgina [Jorgina de Freitas, que comandou esquema de corrupção no INSS] ou ser queimado [alusão à destruição pela inflação], ele é acumulado. Nossa proposta era a de capitalização com garantia de salário mínimo. Renda mínima garantida. Os ricos acumulam. Por que os servidores gostam dos fundos de capitalização? Porque capitalizam para eles. Por que a população não pode ter? Só quem está no

Petros, Previ, Funcef [maiores fundos de pensão de servidores de estatais] pode ter? O pobrezinho não pode?

O sr. avalia rerepresentar a capitalização?

Esquece. Já foi. Cada país faz suas escolhas. O problema do nosso governo está resolvido. Que pena que o Brasil ainda não escolhe algo melhor.

E a Carteira Verde e Amarela: vão ampliar ou ficará apenas com os jovens?

Vai ficar com os jovens e vemos outras medidas. Mas ela foi desenhada para fazer parte de um novo regime trabalhista, baseado em capitalização. Rejeitaram, então não há o que fazer. Mas, com ele, você colocaria o Brasil para crescer, aumentaria taxa de poupança, educaria financeiramente famílias mais pobres. Um menino, desde cedo, sabe que ele é um ser de responsabilidade quando tem de poupar. Os ricos capitalizam seus recursos. Os pobres consomem tudo.

Mas ministro, uma pessoa na pobreza consegue guardar dinheiro?

Ele já guarda e não sabe. O FGTS é um dinheiro que tiram dele e fica depositado.

A maioria dos pobres não tem emprego formal.

Mas terão com mudanças que teremos pela frente. O que precisa ficar claro é que as coisas estão andando. Veja a questão da União Européia. Estava parada. Aí, quando anunciamos, as pessoas falaram: o [ex-presidente Michel] Temer já estava fazendo. Esquece. Estava parado havia 20 anos. O que ocorreu é que fizemos uma reforma importante. Fundimos o Ministério da Indústria e Comércio à Economia. Acabou o bate-cabeça. Tinha uma guerra entre a Fazenda que queria abrir [o mercado] e Indústria e Comércio que não deixava abrir. Na hora em que juntamos os dois, curiosamente, andou Mercosul e UE.

Há impasse em relação à Argentina neste momento? Qual será a posição do Brasil se alguns países do Mercosul preferirem uma abertura mais lenta?

Existe um ritmo de abertura que precisa ser seguido. O Brasil quer entrar na OCDE. Precisa preencher uma série de requisitos. Tem uma fila de países lá tentando entrar. A Argentina está na frente. Mas nós estamos com a senha. E a abertura é parte importante desse processo.

Mas, se os demais integrantes do bloco não quiserem seguir a mesma velocidade, o Brasil reavaliará a permanência no Mercosul?

O Brasil tomou uma decisão. Nós estamos com a economia fechada há 40 anos e decidimos abrir. Nós sabemos o que queremos. E faremos o que nós queremos.

Teremos o leilão de cessão onerosa nos próximos dias. Algumas empresas que tinham se inscrito desistiram ou avaliam desistir. Como o sr. vê essa decisão, uma vez que o leilão é apresentado como um bom negócio?

Para você ver. É algo a pensar. Estão aí há cinco anos vendo se vende ou não vende. De repente, coloca à venda e o cara diz “muito obrigado”. Por quê? A partilha. A partilha é muito usada por petroleiras francesas na África. É o sistema em que você recupera mais rapidamente o investimento. Mas precisa manter relação com o governo. Negociar. Abre espaço para corrupção. Na concessão, não. Vendeu, acabou. Não obstante, seremos bem-sucedidos. Búzios é 70% do leilão. Vários grupos estão interessados. [A entrevista ocorre em uma área aberta, num hotel em São Paulo. Um senhor pede licença e diz: “Seu Paulo. Deixa eu cumprimentar o senhor. Sou seu fã. Continua assim que o Brasil vai ficar no rumo”. Aperta a mão de Guedes e sai] Isso quer dizer alguma coisa, né? Estamos fazendo algo certo, né? E o presidente tem um papel importante nisso. É totalmente o contrário do que as pessoas dizem: “Nossa, meu Deus, o presidente xingou não sei quem. O mundo vai acabar”.

Mas ministro, isso não contamina a economia?

Sabe o que eu acho? Essa falta de comunicação nos prejudicou muito. Mas não o presidente. O presidente nos blindou. Toda a mudança que vemos é porque a opinião pública botou um cara lá que disse que vai mudar o regime.

Ele tem ido a muitos embates: com o Mercosul, com o presidente da França...

Como dizer que atrapalha se o saldo é vastamente positivo? Saiu [o acordo com a] União Européia. Saiu cessão onerosa. Como vou dizer que é ruim? As pessoas não estão avaliando o presidente pelos seus princípios. Ele é um cara genuíno. Reage como um ser humano normal. Se você não tiver de ser politicamente correto e alguém te infernizar, você xinga. Ele xinga. A gente se habituou a se conter para ter um convívio sociável. Mas bateram tanto nele que ele falou ok, eu bato de volta. Ele foi votado por 60 milhões de brasileiros que acham o seguinte: família é importante, o país é importante —querem um Brasil novo— Deus, segurança. Tem valores aí que ele representa. Então, ele tem de ser tratado com respeito. O que a mídia bate nele é um absurdo.

Em algum momento o presidente lhe cobrou crescimento?

Não. Ele nunca hesitou no apoio, porque eu fui franco. O Brasil é uma baleia ferida. Aí, eu vejo esses falsos antagonistas: “Estão esquecendo a população, só

pensam na economia, não olham o social”. Você acha que o que eu estou fazendo na economia vai ferrar com o social? É o contrário. Vamos salvar o social. Em uma economia melhor, as pessoas têm dignidade. Nós demos o 13º do Bolsa Família. Foram 30 anos de centro-esquerda. Dá para esperar quatro aninhos de um liberal-democrata? Se não melhorar, troca, sem intolerância. Mas deu três meses e já começaram: cadê o crescimento? Vamos ser razoáveis. Não é justo.

Ministro, se existe essa preocupação social, por que temos algo como a primeira queda na concessão de BPC, benefício que é para idosos carentes, desde a sua criação, em 1996?

Não sei disso. Ninguém quer fazer algo assim. É estranho. Vou falar com o [secretário da Previdência, Rogério] Marinho agora [ele pega o celular e digita uma mensagem]. O governo é uma fábrica de desigualdades, fábrica de transferência perversa de renda. O BNDES dava dinheiro para os maiores empresários. O INSS dava os maiores benefícios para os salários mais altos. Tem uma mensagem no que fazemos. O Brasil está numa transição incompleta. Tivemos sucesso na abertura política. Somos uma democracia vibrante, e esses choques que vemos são demonstrações do vigor dessa democracia. Os poderes estão interagindo. A imprensa está lá. É o quarto poder. Quando erra, leva coice. O ponto que acuso como falho é a transição incompleta para a economia de mercado. Essa transformação da máquina pública —que servia a uma ordem politicamente fechada e agora precisa servir à população— busca a modernização. O cara ainda é autoridade, esqueceu que é servidor; o cara tem empréstimo para campeão nacional, quando deveria estar fazendo microcrédito; está dando subsídio e fazendo reserva de mercado, quando deveria oferecer competição; o cara sobe impostos, quando deveria cortá-los para se alinhar ao mundo. Nos atrasamos nessa transformação. O resultado foi a estagnação econômica e a corrupção da democracia. Mas estamos alertas, vivos e corrigindo a rota.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 03/11/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Cidades do Rio vão concentrar receita do megaleilão do pré-sal

Maricá e Saquarema vão dividir royalties das três maiores áreas da cessão onerosa

Rio de Janeiro - Com potencial de arrecadação na casa dos R\$ 50 bilhões por ano quando estiverem em operação, as áreas do megaleilão da cessão onerosa

desta semana devem ampliar a concentração da receita do petróleo no país, ao beneficiar a região que hoje já recebe os maiores valores.

Em frente ao campo de Lula, maior produtor do país, a cidade de Maricá dividirá com a vizinha Saquarema os royalties das três maiores áreas e ficará sozinha com a receita de uma terceira. A 60 km do Rio, Maricá também faz divisa com Niterói, a segunda maior beneficiada atualmente.

No megaleilão de quarta-feira (6), o governo vai oferecer o direito de explorar quatro descobertas feitas pela Petrobras em áreas do pré-sal que a estatal recebeu da União em troca de ações no processo de capitalização em 2010.

Chamado de cessão onerosa, o contrato deu à empresa direito a até 5 bilhões de barris nessas áreas, mas as reservas são bem superiores: estimativas da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) giram entre 13 bilhões e 20 bilhões de barris de óleo e gás.

As reservas provadas no Brasil hoje são de 15,8 bilhões. É a maior oferta de petróleo já feita no mundo. Se todas as áreas forem vendidas, a arrecadação com bônus de assinatura chegará a R\$ 106 bilhões.

A ANP estima que entre 6 e 11 novas plataformas serão necessárias para produzir o excedente, com potencial de arrecadação anual de R\$ 7,5 bilhões cada uma, entre royalties e petróleo para o governo —os excedentes serão produzidos pelo modelo de partilha, que tem participação estatal.

A agência projeta arrecadação média de R\$ 52,5 bilhões por ano a partir de 2024. O valor, porém, não é perene: cresce durante a instalação das plataformas, se estabiliza no pico e passa a cair quando as reservas começarem a se esgotar.

Do total distribuído aos municípios, Maricá ficará com 37,64% do campo de Búzios, 95,05% de Sépia e 100% de Itapu. Saquarema fica com a fatia restante das duas primeiras. A receita de Atapu também será dividida entre os dois municípios.

Búzios já tem quatro plataformas em operação e ajuda a engordar o caixa de Maricá, que recebeu no ano passado R\$ 1,4 bilhão em royalties e participações especiais, espécie de Imposto de Renda cobrado sobre grandes campos de petróleo no país.

Antes mesmo do início da produção dos excedentes, a receita do município com petróleo sobe para R\$ 1,6 bilhão neste ano e deve chegar perto de R\$ 2 bilhões em 2020, segundo a ANP. A maior parte da receita ainda é de Lula.

Sem royalties do maior campo produtor, Saquarema deve ver a receita subir dos atuais R\$ 100 milhões para R\$ 600 milhões com o crescimento das operações da cessão onerosa. Os valores são menores porque, ao contrário de Lula, os campos do megaleilão não pagam participação especial.

A ANP diz que o megaleilão terá impacto imediato na arrecadação, já que os royalties do contrato de partilha, modelo pelo qual os excedentes serão licitados, são de 15%, ante os 10% da cessão onerosa.

Os vencedores do leilão negociarão com a Petrobras um acordo que lhes garantirá parcela da produção mesmo antes da chegada de novas plataformas. Com quatro unidades instaladas, Búzios é o segundo maior produtor do país, com a média de 406 mil barris de óleo e gás por dia.

O primeiro sistema de produção de Atapu deve ser instalado em 2020. Sépia deve receber o seu em 2021. Hoje, Maricá e Niterói, que também é beneficiada por Lula, concentram 26,7% da receita do petróleo distribuída a municípios. A concentração da receita é um dos argumentos dos defensores de mudanças no rateio, tema que está na pauta do STF (Supremo Tribunal Federal).

Em 2011, o Congresso aprovou divisão dos recursos para todos os estados e municípios, mas o processo foi suspenso por liminar obtida pelo governo do Rio. A apreciação do tema está marcada para o próximo dia 20.

A distribuição atual dá 40% para a União, 22,5% para estados confrontantes, 22,5% para municípios confrontantes,

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 03/11/2019

Seção: Especial

Autor:

Título: Manchas de óleo chegam ao Parque Nacional de Abrolhos

Salvador - Pequenas manchas de óleo atingiram neste sábado (2) o Parque Nacional de Abrolhos, um dos principais berços de biodiversidade marinha do Atlântico Sul.

Segundo comunicado do grupo de acompanhamento formado por Marinha, ANP (Agência Nacional do Petróleo) e Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), pequenos fragmentos foram registrados na praia norte da Ilha de Santa Bárbara, uma das cinco que foram o Arquipélago de Abrolhos.

“São pequenas pelotas de óleo do tamanho de uma moeda”, estimou o vice-almirante Silva Lima, comandante do 2º Distrito Naval. “A quantidade é muito pequena, não vejo um quilo.”

Navios, fragatas e corvetas da Marinha, além de um navio da Petrobras, atuam no monitoramento e na contenção da chegada do óleo na região.

A área concentra alguns principais bancos de corais do litoral brasileiro. Também registra cerca de 1.300 espécies de plantas e animais, incluindo as baleias-jubarte, que buscam as águas calmas do santuário para o acasalamento. JPP

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 03/11/2019

Seção: Mercado

Autor: Julio Wiziack e Mariana Carneiro

Título: Venda de estatais pode ficar de fora do PPI para privatizações acelerarem

Secretário quer empresas no Plano Nacional de Desestatização para que as deficitárias possam ser vendidas após deliberação de conselho

Brasília - O secretário especial de Desestatização, Salim Mattar, planeja apresentar ao Congresso uma proposta que, se aprovada, poderá incluir todas as estatais no PND (Plano Nacional de Desestatização).

A cada dois anos, de acordo com seu desempenho, as empresas controladas pelo governo persistentemente deficitárias poderão ser privatizadas por deliberação do CND (Conselho Nacional de Desestatização), após ampla defesa. No caso de estatais independentes, a revisão para deliberar sobre possível venda seria feita a cada quatro anos.

Atualmente, a inclusão de uma estatal no PND é função do PPI (Programa de Parcerias de Investimentos), órgão comandado pelo ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni. O conselho do PPI também incorporou as funções do CND.

Essa ação para as estatais faz parte de um plano de longo prazo, tratado como uma espécie de legado que o time de Paulo Guedes quer deixar para impulsionar a agenda futura de privatizações, mesmo após o fim do mandato do presidente Jair Bolsonaro.

No curto prazo, porém, Mattar trabalha para tentar acelerar a venda de participações em cerca de 30 empresas com o argumento de que, por ano, elas

consomem cerca de R\$ 190 bilhões do Orçamento, dinheiro que em sua visão poderia ser mais bem aplicado em outras funções do Estado.

O caminho deverá ser o envio de um pedido de aval ao Congresso com uma lista de empresas, o que permitirá que sejam incluídas de uma só vez no PND.

Somente até agosto deste ano, a União injetou R\$ 8,5 bilhões em estatais. Segundo o relatório mais recente da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Economia, somente a Eletrobras, cuja privatização ainda patina, recebeu R\$ 3,5 bilhões. A Emgepron, estatal de projetos navais, recebeu R\$ 2,5 bilhões. A Telebrás e a Infraero receberam, cada uma, R\$ 1 bilhão.

Banco do Brasil, Caixa Econômica, Petrobras e outras seis empresas militares de segurança, dentre outras companhias, ficarão fora do atual programa de desestatização.

O objetivo é que o Congresso diga quais poderão ser vendidas imediatamente, pulando a etapa do PPI, uma das diversas fases do processo e que, na visão da Economia, acaba atrasando as privatizações.

A Casa da Moeda, por exemplo, passou praticamente toda a gestão do ex-presidente Michel Temer no PPI e ainda não foi vendida. Sob o controle do Ministério da Economia duraria, no máximo, 90 dias.

Uma outra inovação ventilada pelo time de Paulo Guedes é quebrar o monopólio do BNDES na estruturação do modelo de venda das estatais. Hoje, o banco estatal é contratado automaticamente pelo PPI para estruturar como deve ser vendida a parte da União nas estatais.

Com a proposta, bancos privados e públicos, que já têm experiência sobre como montar a venda de companhias do setor privado, poderão apresentar opções ao governo.

Um exemplo: nos Correios, o serviço de postagem é uma obrigação definida pela Constituição como dever do Estado. No entanto, a equipe econômica tem dúvidas se seria possível manter uma operação de postagem sem o braço mais rentável da empresa, a entrega de mercadorias.

Ou seja, o governo acredita ser possível fazer a venda, mas ainda não sabe de que forma. No novo modelo, caberia aos bancos, que já costumam destrinchar as empresas para investidores, apresentar a melhor alternativa.

O governo se apropriaria então (sem custos) do modelo de privatização vencedor e, então, o disponibilizaria ao mercado. Aí, sim, seria aberta a competição pela estatal, com a oferta da melhor opção de retorno para a União.

Algumas dessas instituições já costumam entrar em negócios desse tipo no setor privado, unindo grupos de investidores aptos a comprar ações de companhias, o que gera ganhos para essas instituições. Diante da inovação da proposta, a Secretaria de Desestatização já busca apoio técnico do Tribunal de Contas da União.

As estatais que podem ser vendidas pelo governo

Infraestrutura e logística

- Infraero
- Telebras
- Eletrobras
- EPL (planejamento e logística)
- Valec (ferrovias)
- Trensurb (trens urbanos de Porto Alegre)
- CBTU (trens urbanos)

Companhias Docas

- CDC (Ceará)
- CDP (Pará)
- CDRJ (Rio de Janeiro)
- Codba (Bahia)
- Codern (Rio Grande do Norte)
- Codesa (Espírito Santo)
- Codesp (São Paulo)
- Codomar (Maranhão)

Companhias de armazéns e abastecimento

- Conab (Cia. Nacional de Abastecimento)
- Ceagesp (SP)
- Ceasaminas (MG)
- Casemg (armazéns e silos de MG)

Empresas de pesquisa

- Embrapa (pesquisa agropecuária)
- EPE (energia)
- CPRM (recursos minerais)

Tecnologia

- Ceitec (cetecnologia eletrônica)
- Dataprev (Previdência Social)
- Serpro (processamento de dados)

Saúde

- Hemobrás (hemoderivados e biotecnologia)
- Hospital Nossa Senhora da Conceição

Comunicação

- EBC (Empresa Brasil de Comunicação)
- ECT (Correios)

Outras

- Casa da Moeda
- ABGF (Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias)
- Emgea (Empresa Gestora de Ativos)

- Finep (Financiadora de Estudos e Projetos)
- Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 03/11/2019

Seção: Especial

Autor: Nicola Pamplona

Título: Dona de navio suspeito nega vazamento de óleo

Rio de Janeiro - Proprietária do navio suspeito do vazamento de óleo que atinge as praias do Nordeste, acompanha grega Delta Tankers afirmou neste sábado (2) que inspeção no petroleiro Bouboulina não encontrou provas de derrame de óleo da embarcação.

“Não há provas de que o navio parou, conduziu nenhum tipo de operação STS [transferência de óleo entre navios], derramou/vazou óleo, reduziu a velocidade ou desviou sua rota durante a viagem”, disse a Delta em nota.

“O material será compartilhado de boa vontade às autoridades brasileiras, assim que entrem em contato com a companhia sobre a investigação. Até agora, nenhum contato foi feito”, disse a empresa.

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/11/2019

Seção: Economia

Autor: BRUNO ROSA E KAREN GARCIA

Título: Leilões dão fôlego extra para economia do Rio

Petroleiras e companhias da cadeia de óleo e gás ampliam operações e aumentam procura por espaços comerciais. Universidades abrem cursos de especialização de olho na demanda futura do setor por mão de obra qualificada

A nova fase de leilões de petróleo já movimentou a economia do Rio de Janeiro, que sofreu com o freio no setor. Petroleiras e empresas que atuam em diferentes fases da cadeia de produção iniciam ou ampliam operações no estado. Instituições de ensino abrem cursos de especialização de olho no reflexo da retomada do setor no mercado de trabalho.

Uma das áreas que mais sentem a nova onda de otimismo é a imobiliária. O setor de óleo e gás ocupa 25% dos espaços comerciais na cidade. A Regus, que oferece escritórios flexíveis, salas de reunião e coworking, estima alta de 45% na

procura neste segundo semestre. Renato Amorim, vice-presidente da empresa, espera fechar o ano com 600 clientes do setor:

— A ocupação passou de 65% para 90% este ano em nossos 16 prédios. Para 2020, esperamos crescimento de 50% puxado pelo setor de petróleo. Por isso, vamos expandir alguns prédios, na Zona Sul, no Centro e na Barra.

Segundo ele, o maior interesse vem de pequenas e médias empresas da cadeia, como prestadores de serviço e escritórios de engenharia. Mas as petroleiras também estão investindo em bases no Rio. É o caso da Petronas, da Malásia, e da QPI, do Qatar, que escolheram se fixar no Centro para manter escritórios bem perto da Petrobras. A norueguesa Equinor ampliou seu espaço na Glória, assim como a alemã Wintershall e a americana de serviços Halliburton, no Centro.

Segundo a consultoria Cushman & Wakefield, o setor também tem ajudado a ocupar áreas comerciais ociosas na região do Porto. Com isso, a taxa de vacância na cidade ficou em 36,18% em setembro, menor patamar desde de 2016.

O escritório de advocacia Tauil & Chequer, que tem uma área especializada em petróleo, transferiu seu escritório da Glória para o edifício Aqwa Corporate, no Porto, apostando no aumento da clientela.

—Tivemos um incremento de dois dígitos na demanda por serviços do setor de petróleo e gás — explica o sócio Alexandre Chequer.

PROCURA EM MACAÉ

Em Macaé, no Norte Fluminense, a procura por espaços no parque industrial Bella Vista também vem crescendo. Após uma forte crise provocada pelo freio nos investimentos da Petrobras, um terço da área total de três milhões de metros quadrados já está ocupada por empresas como Petrobras, Schlumberger, NOV e Intertank. Três novas chegam este ano e cinco estão em negociação, diz o diretor comercial, Leonardo Dias:

—Serviços de logística, alimentação e suprimentos veem oportunidade em ficar perto de grandes empresas.

O Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP) estima que o Estado do Rio deve reter 66% dos investimentos que serão gerados pela indústria do petróleo nos próximos anos. Isso pode significar 400 mil postos de trabalho gerados até 2022, dobrando o número atual. O coordenador de estágios do polo da UFRJ em Macaé, Allan Cormack, vê um crescimento de 15% nas vagas para trainees:

—Os profissionais contratados hoje poderão ser lapidado para as demandas das empresas em dois anos.

O efeito multiplicador da indústria do petróleo, que tem média salarial 3,8 vezes maior que a de outros setores industriais, é grande. Uma plataforma em operação gera cerca de 300 postos de trabalho diretos, segundo a Federação das Indústrias do Estado do Rio (Firjan). Para cada emprego, outros dois indiretos são criados. No entanto, a gerente de Petróleo, Gás e Naval da Firjan, Karine Frago, lembra que a evolução da indústria exige mais qualificação:

—Há um avanço da substituição de pessoas por automação em ambientes mais insalubres. O que não significa uma redução da quantidade de empregos, mas o perfil dessa mão de obra passa a ser mais qualificado.

EM BUSCA DE QUALIFICAÇÃO

Para preparar os profissionais, o curso de pós-graduação em Engenharia de Dutos da PUC-Rio retomou atividades depois de dois anos sem turmas. A engenheira de produção Tamires Falcão é uma das 40 pessoas matriculadas, o maior grupo desde 2006:

— Quero me especializar para aprofundar meus conhecimentos em dutos rígidos, como um diferencial.

Marcos Bonfim, sócio para o setor de petróleo da Ernst & Young, diz que a maior parte das oportunidades é aproveitada por profissionais locais:

— Existia uma ideia de que empresas internacionais vindo para o Brasil tomariam lugar dos brasileiros, mas apenas 1% é mão de obra estrangeira.

Os trabalhadores mais procurados são os de operação e manutenção de unidades de produção. Outra tendência, a médio e longo prazos, é contratar profissionais capazes de transformar dados em informação. Segundo levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI), conhecimentos em bigdata, engenharia de softwares, tecnologias 3D e automação estão em alta. Especialização em perfuração, sismologia e geofísica de poços também devem ser mais demandadas por empresas de óleo e gás.

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/11/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Regime de exploração ainda é visto com ressalvas por especialistas

O regime de partilha, criado para a exploração do pré-sal, já foi chamado de “jabuticaba” pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, e costuma ser visto com ressalvas por boa parte dos especialistas. As críticas destacam a maior burocracia e a elevada concentração de recursos pelo governo.

Apesar da arrecadação maior com a venda de óleo ao longo da vida útil do campo, já se estudam mudanças, permitindo que áreas no polígono do pré-sal possam ser feitas sob concessão. Hoje, só o regime de partilha pode ser usado.

Na partilha, a União é a dona do petróleo, e as empresas têm de ceder parte da produção (óleo-lucro) ao governo. Na concessão, as petroleiras são as donas do óleo.

Marcelo de Assis, chefe de pesquisa da Wood Mackenzie na América Latina, lembra que, na partilha, a participação do governo pode chegar a 90%, mas a lucratividade das petroleiras pode ser menor:

— A partilha só funciona em grandes áreas, com reservas recuperáveis entre 2 bilhões e 3 bilhões de barris.

A partilha passou por mudanças desde o governo Michel Temer. A Petrobras deixou de ser obrigada a operar em todas as áreas do pré-sal, mas ainda tem o direito de preferência para escolher quais áreas têm interesse, regra em discussão no Senado. Para Edmar Almeida, do Instituto de Economia da UFRJ, as diferenças entre partilha e concessão estão cada vez menores:

— É legítimo discutir o futuro do regime, hoje usado em países da África onde o Estado não tem recursos para desenvolver as reservas. Aqui, esse regime foi concebido por questão ideológica e tende a aumentar a burocracia.

Para Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), acabar com a partilha é complexo, pois há geração maior de recursos para o governo a médio e longo prazos, embora o modelo concentre a renda na União. (B.R.)

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/11/2019

Seção: Economia

Autor: HENRIQUE GOMES BATISTA SÃO PAULO

Título: Nova onda do petróleo não chega ao setor naval

Estaleiros do país se ressentem da preferência das operadoras em importar plataformas e navios de apoio, ainda que sujeitas a multas por não cumprir índices de conteúdo local. Excesso de oferta reduz preços no mercado externo

O aquecimento do mercado de petróleo com o megaleilão do pré-sal deve aumentar a importação de plataformas, sondas e embarcações, um contraste com o período anterior de expansão do setor no país, quando uma política de conteúdo nacional impôs barreiras para compras externas. Este fenômeno, segundo fontes do setor, já está ocorrendo.

Após anos de proteção, casos de corrupção envolvendo estaleiros e poucos exemplos de empresas brasileiras globalmente competitivas, as petroleiras agora olham para o exterior em busca de equipamentos. Mesmo que isso signifique pagar multas que partem de 40% do valor não contratado no país — e que podem chegar a 100% se nenhum equipamento for brasileiro. E isso tende a diminuir os ganhos da exploração de petróleo no Brasil.

— Com a decisão do governo (Michel) Temer de reduzir o mínimo de conteúdo nacional, as companhias fizeram as contas e perceberam que vale apenas comprar lá fora e pagar a multa — afirma o vice-presidente executivo do Sindicato Nacional da Indústria de Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval), Sergio Bacci, que teme que o governo conceda uma anistia para essas multas.

— Vemos as operadoras contratarem tudo no exterior, sem sequer nos consultar — lamenta Alberto Machado, diretor executivo de Petróleo, Gás, Bioenergia e Petroquímica da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

Com a intenção de recriar e fortalecer a indústria do petróleo, o governo Lula impôs, em 2005, exigências elevadas de conteúdo nacional no investimento das petroleiras. Nove anos depois, o país chegou a ter 42 estaleiros ativos, muitos criados apenas para tentar gerar desenvolvimento em regiões pobres ou agradar políticos locais, ao contrário do que ocorreu em países como a Coreia do Sul, que concentrou o setor naval em poucas empresas, e estas se tornaram eficientes. No Brasil, hoje, são 20, sendo que apenas 12 operam na construção ou reparo de embarcações. Não há, no momento, nenhum casco de plataforma em produção no Brasil, sinal de que a política de conteúdo nacional foi mal executada.

Em 2018, no governo Temer, as exigências de conteúdo nacional foram reduzidas. Em geral o piso caiu de 65% para 25%, com o objetivo de acelerar a retomada da economia. Mas agora entram nessa conta todos os gastos, inclusive com serviços e mão de obra.

CRÍTICAS A MODELO

Outro fator que influencia a política de compras das petroleiras é o mercado internacional:

— Há excesso de sondas e embarcações no mundo. Isso reduz os preços e pode fazer a diferença para a produção nacional valer a pena — explica Cláudio Frischtak, diretor da Inter.B Consultoria Internacional de Negócios.

Apesar da frustrada política de fortalecer a indústria naval local, que incluiu crédito subsidiado, a perspectiva de uma retomada da exploração de petróleo no Brasil sem que se desenvolvam os produtores locais é criticada por Floriano Pires, professor da Coppe/UFRJ:

— Estamos copiando o modelo nigeriano, onde pouco se desenvolve no país. O petróleo gera apenas royalties e emprego de baixa tecnologia.

Pires ressalta que vários países têm incentivos ao setor naval, mas critica a política anterior aplicada no Brasil:

— Foi mal elaborada, mal executada e mal gerida.

Segundo estudo do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), os novos leilões devem gerar uma demanda extra de 60 plataformas, mais da metade do que há hoje em operação.

Mesmo antes do megaleilão, essa demanda já estava reaquecendo, após anos de contração. A frota de apoio marítimo ao setor de petróleo e gás, que era de 363 no fim de 2018, agora está em 368, segundo dados da Organização Nacional da Indústria de Petróleo (Onip). Este ano, o país ganhou uma nova plataforma, totalizando 106.

Apesar das estimativas de que metade da demanda mundial por embarcações do planeta estará na exploração de petróleo no Brasil nos próximos anos, executivos do setor não se animam diante da concorrência das estrangeiras.

ITENS LOCAIS NO IMPORTADO

Em nota, a Petrobras afirma que as plataformas contratadas, mesmo as finalizadas no exterior, apresentam parcela de conteúdo local por terem máquinas e equipamentos fabricados no Brasil. Mas reconhece que algumas delas custam mais e pode haver atrasos.

“As exigências de conteúdo local podem impactar em preço e prazo os projetos quando os índices estabelecidos forem superiores à capacidade e à competitividade da indústria nacional”

Uma das maiores operadoras do país, a SBM informa que busca se adequar às normas vigentes e zerar o pagamento de multas por importação. A empresa criou um departamento só para trabalhar com fornecedores nacionais.

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/11/2019

Seção: Economia

Autor: BRUNO ROSA

Título: Megaleilão reforça Brasil como o país mais atraente, para o setor de

DESTINO PREFERENCIAL

Com megaleilão do pré-sal, Brasil atrai 93% da renda global de rodadas de petróleo

Os leilões de petróleo marcados para esta semana consolidam o Brasil como o principal foco de investimentos das maiores petroleiras do mundo. Confirmadas as expectativas de arrecadação no megaleilão e na 6ª Rodada do pré-sal, o país chegará ao patamar de US\$ 38,5 bilhões (ou R\$ 153,6 bilhões) acumulados em bônus de assinatura desde a retomada dos certames, em 2017, pagos por petroleiras pelo direito de explorar áreas. Isso vai representar, segundo dados da consultoria britânica Wood Mackenzie, 93% de tudo que as companhias gastaram em leilões de petróleo pelo mundo em quase três anos.

O impacto para os cofres públicos e para a atividade econômica é de longo prazo. Com o apetite das petrolíferas, as áreas do pré-sal vão gerar para o governo outros R\$ 92,7 bilhões até 2028, considerando apenas a participação da União nas vendas de petróleo. Além da entrada de recursos, a movimentação em torno da retomada da cadeia de óleo e gás aumenta as perspectivas de recuperação da economia do Rio, maior produtor nacional, com a atração de empresas, cursos de capacitação e geração de empregos.

Longe dos conflitos do Oriente Médio, o pré-sal já responde por mais da metade da produção nacional e ajudou a Petrobras a bater a marca dos três milhões de barris diários. A mudança de patamar já está no radar das empresas. Para os dois leilões desta semana, que vão oferecer nove áreas, há 18 petroleiras habilitadas, segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP).

MUDANÇA DE PATAMAR

Na semana passada, o Brasil foi convidado pela Arábia Saudita a participar da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), que reúne os maiores do setor. Se, do ponto de vista econômico, a mudança pode não interessar ao país, em razão da possibilidade de cortes na produção, entre outros aspectos

citados por especialistas, não deixa de ser um retrato da ascensão brasileira na indústria global de petróleo. Com os leilões, o país tem a perspectiva de se tornar o quinto maior produtor mundial.

Um dos aspectos que justificam o interesse das petroleiras no pré-sal, segundo Marcelo de Assis, chefe de pesquisa de Exploração e Produção da Wood Mackenzie na América Latina, é a alta produtividade, com poços que geram mais de 45 mil barris por dia.

O megaleilão marcado para quarta-feira deve gerar a maior arrecadação da história do setor em todo o mundo. Caso todas as quatro áreas sejam arrematadas, o pagamento de bônus fixo chegará a R\$ 106 bilhões. Deste total, R\$ 69,9 bilhões já estão garantidos, pois a Petrobras exerceu o chamado direito de preferência — garantiu previamente seu interesse. A estatal fará propostas em parceria com outras petroleiras, afirmou Roberto Castello Branco, presidente da Petrobras, na última sexta-feira.

Na 6ª Rodada, o valor previsto é de R\$ 7 bilhões, caso todos os blocos sejam arrematados. Do total, a Petrobras (com sócios) informou que vai fazer ofertas por três áreas, garantindo arrecadação de R\$ 1,845 bilhão.

O regime de partilha—criado por causa da descoberta do pré-sal — determina que as petroleiras dividam com a União parte do óleo produzido após descontar os gastos com a sua extração. No jargão do setor, é o chamado óleo-lucro. No leilão, é definido um patamar mínimo a ser compartilhado com a União, e ganha quem oferecer o maior percentual. No megaleilão, o mínimo vai de 18,15% a 27,88%, dependendo da área.

Segundo Assis, os dados indicam que há, em cada área, de 2 a 5 bilhões de barris recuperáveis de petróleo.

—São áreas com uma qualidade que dificilmente é colocada no mercado mundial. Por isso, o Brasil concentra a arrecadação dos valores pagos nos leilões no mundo, mesmo tendo ocorrido certames em 14 países nos últimos anos, como EUA, México, Rússia, Argentina e Egito.

'Para Décio Oddone, diretor-geral da ANP, que vê uma mudança de patamar na indústria após os leilões, as mudanças regulatórias foram cruciais para o setor. A Petrobras deixou de ser a operadora única de todos os campos do pré-sal e não tem mais obrigação de disputar todas as áreas. Além disso, foram flexibilizadas as regras de conteúdo local, o patamar mínimo de insumos de fabricantes nacionais.

—O interesse no pré-sal pelo mundo ocorre por causa da qualidade dos ativos e das mudanças regulatórias, o que tornou o investimento atraente. Seremos um

dos cinco maiores produtores no fim da década. Está aberto o caminho para um novo patamar. Esperamos investimentos de R\$ 1,8 trilhão e entre 50 e 60 novas plataformas —diz Oddone.

Ainda assim, Assis avalia que as empresas podem fazer ofertas conservadoras no megaleilão, com lances que não fiquem muito acima do percentual mínimo definido:

—Todos sabem fazer contas. As companhias estão com forte disciplina de capital, projetando petróleo entre US\$ 60 e US\$ 65.

Mesmo considerando apenas a oferta mínima no certame, o governo levantaria, em 2028, R\$ 20 bilhões somente com a venda de petróleo das áreas leiloadas no megaleilão, segundo estimativa da PPSA, estatal criada para gerir contratos de partilhado pré-sal.

Esses campos devem iniciar a produção já no fim de 2021, diz a PPSA. Quando se inclui na conta o volume esperado com a venda de petróleo nos outros 14 contratos de partilha no pré-sal já fechados, a receita com as vendas chega a R\$ 92,7 bilhões até 2028.

— Nossa estimativa é conservadora, tendo como base o óleo-lucro mínimo. Com os leilões de novembro, os recursos vão crescendo e dobram em 2028 em relação à nossa estimativa anterior. Em vez de 250 mil barris só para a União em 2028, poderão ser 500 mil barris —prevê Eduardo Gerk, presidente da PPSA.

PETROBRAS VAI VENDER ÓLEO

A venda desse petróleo vem sendo feita através de leilões organizados pela PPSA. Segundo Gerk, até o fim do ano serão concluídas as negociações para a Petrobras se tornar a comercializadora desse óleo para a União.

— Como vão entrar muitas operações, não faz sentido fazer apenas leilões. Por isso, vamos ter uma definição sobre o processo de venda do petróleo até o fim do ano. É um dinheiro que entra direto no caixa do Tesouro Nacional. Os recursos vão para educação, área social e saúde através do Fundo Social— explica Gerk.

O deputado federal Fernando Coelho, ex-ministro de Minas e Energia, lembrou que as mudanças nas regras do setor recolocaram o Brasil no mercado mundial de óleo e gás:

—Diante dos grandes produtores, o Brasil é um ambiente estável e porto seguro para os investidores e empresas de petróleo. Mas ainda há desafios, como a

melhoria no processo de licenciamento e a redução de burocracia. Somos uma das bolas da vez.

Segundo Edmar Almeida, do Instituto de Economia da UFRJ, o modelo do leilão, baseado em bônus elevados, permite ao governo antecipar receitas futuras como forma de amortecer o impacto fiscal:

— Se esse bônus fixo fosse menor, poderia haver mais competição e mais arrecadação a longo prazo.

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/11/2019

Seção: Sociedade

Autor:

Título: Manchas de óleo chegam a Abrolhos, diz Marinha

Unidade de conservação é berço de espécies como a baleia jubarte e de corais raros, sensíveis ao material tóxico

Pequenos fragmentos de óleo foram encontrados no arquipélago de Abrolhos, região de maior biodiversidade do Atlântico Sul, informou ontem a Marinha. A área está dentro do parque nacional marinho, que é berçário de espécies como a baleia jubarte e de corais raríssimos, muito sensíveis ao material tóxico que vem contaminando as praias.

O Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA), formado pela Marinha do Brasil (MB), a Agência Nacional de Petróleo (ANP) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), listou as localidades em que o material foi encontrado: Ponta da Baleia, em Caravelas, e Ilha de Santa Bárbara, maior ilha do arquipélago de Abrolhos.

—É onde temos as melhores e mais preservadas áreas dos recifes de corais, uma área que está há bastante tempo intacta, com os corais que estão entre os mais saudáveis no Brasil. Ali também tem muita espécie de peixe ameaçada, tartarugas, aves marinhas... Por tudo isso, é bastante preocupante saber que o óleo chegou à região —disse Guilherme Dutra, diretor da Estratégia Costeira e Marinha da Conservação Internacional, que atua no parque de Abrolhos desde 1996.

Segundo Dutra, o trabalho na região está sendo articulado entre a Marinha e embarcações de pesca, que servem de apoio para a remoção do óleo que ainda está na água.

RENDA DE PESCA E TURISMO

Na semana passada, pescadores e demais voluntários recolheram cerca de 200 quilos do produto nas águas da fronteira norte da região, próxima ao município de Canavieiras, que abriga uma reserva extrativista com 100 mil hectares e cerca de 2.600 famílias distribuídas em oito comunidades.

Belos e preciosos, os corais expressam adjetivos em forma de natureza. São joias do mar em sentido literal. Os recifes cobrem menos de 1% dos oceanos, mas abrigam um quarto de todas as espécies marinhas conhecidas. Nutrem e abrigam peixes, crustáceos e moluscos e geram emprego e renda na pesca e no turismo.

Também protegem o litoral da erosão pelas ondas do mar e amenizam o impacto de tempestades. Corais também são a fonte de substâncias em testes contra câncer, mal de Alzheimer, infecções e doenças cardíacas, diz Raquel Peixoto, que coordena o Laboratório de Ecologia Microbiana e Molecular da UFRJ (LEMM).

Devido à poluição e à elevação da temperatura do mar associada às mudanças climáticas, diz ela, os corais podem ser totalmente extintos em 2050, segundo um alerta da Administração de Oceanos e Atmosfera dos EUA (NOAA, na sigla em inglês).

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/11/2019

Seção: Sociedade

Autor:

Título: Navio grego nega que tenha ligação com vazamento

Delta Tankers, apontada pelo governo como principal suspeita, diz que petroleiro chegou ao destino com toda sua carga

A empresa responsável pelo navio grego Bouboulina negou que a embarcação esteja ligada ao vazamento de óleo no Nordeste, como suspeita o governo brasileiro. A Delta Tankers afirmou, em nota, que a embarcação descarregou todo o combustível que transportava no destino final, a Malásia, e não há evidências de escapes ou paradas.

“O navio chegou a seu destino sem ter problemas e descarregou toda sua carga sem registrar nenhum escape”, afirmou a DeltaTankers LTD, em comunicado. “Não há nenhuma prova de que o barco parou, realizou algum tipo de operação STS (“ship to ship”, transferência de combustível de barco para barco), sofreu algum escape, freou ou desviou de sua rota, da Venezuela até Melaka, na Malásia.”

A Delta Tankers, que tem sede em Atenas, na Grécia, assegurou ter levado a cabo “uma investigação a fundo do material proveniente das câmeras e sensores com que todos (os nossos) navios são equipados como parte de (nossa) política de segurança e respeito ao meio ambiente”.

A empresa detalhou que o Bouboulina zarpou da Venezuela com sua carga no dia 19 de julho, “dirigiu-se diretamente, sem nenhuma parada em qualquer outra parte, até Melaka, na Malásia, onde descarregou sua carga total sem nenhuma perda”.

As autoridades gregas afirmaram que o navio era um dos cinco suspeitos de serem os responsáveis pelas manchas de óleo que aparecem ao longo de mais de 2.000 quilômetros da costa nordestina do Brasil desde o fim de agosto.

Um porta-voz do serviço costeiro grego, especialista em navegação comercial, disse que “a investigação levada a cabo no Brasil demonstrou que cinco barcos, de outros países, são suspeitos, inclusive o grego”.

No Brasil, as investigações estão sendo conduzidas pela Polícia Federal com o apoio da Marinha e outras instituições. Foi pedida cooperação a cinco países: Nigéria, África do Sul, Cingapura, Venezuela e Grécia.

A descoberta da mancha original coube à empresa privada especializada em georreferenciamento HEX, que obteve e repassou à PF 830 imagens e dados produzidos no local. Com eles, foi possível identificar a primeira mancha de óleo e estabelecer o momento provável do crime. A partir daí, a Marinha fez um rastreamento e identificou o navio que passou pelo local no momento indicado.

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/11/2019

Seção: O País

Autor: LEANDRO PRAZERES BRASÍLIA

Título: investigações de garimpos crescem

Número de inquéritos abertos pela PF subiu 17% em relação a 2018. Rondônia lidera ranking de casos

Em meio à promessa de flexibilização das regras para a mineração na Amazônia, o total de inquéritos abertos, em 2019, pela Polícia Federal para investigar garimpos ilegais cresceu 17% em relação ao ano passado. Segundo a PF, até outubro deste ano, foram instaurados 165 inquéritos sobre esse tipo de crime na região, número maior que o registrado em todo o ano de 2018, quando foram abertas 140 investigações.

O aumento de investigações abertas contra garimpos na Amazônia pode ser indicativo de que essa atividade cresce no país. Outro dado que aponta nessa direção é do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Segundo o Sistema de Detecção do Desmatamento na Amazônia Legal em Tempo Real (Deter), houve alta de 11% das áreas de floresta degradadas por atividades de mineração frente a 2018. Foram degradados 85,6 quilômetros quadrados no ano passado, contra 95,1 quilômetros quadrados até outubro de 2019.

Os dados sobre os inquéritos foram divulgados pela Polícia Federal em resposta a um pedido de Lei de Acesso à Informação no dia 25 de outubro. A tendência de alta de investigações na Amazônia vai na contramão da queda desse indicador em todo o país. No Brasil, houve redução de 16% nos casos abertos, de 841 para 706.

Na Amazônia, Rondônia lidera o ranking de investigações abertas, com 51 casos, seguido por Mato Grosso (32), Roraima (24) e Pará (22).

OPERAÇÕES RECENTES

Em outubro, a PF deflagrou uma operação para fechar garimpos na Terra Indígena Ianomâmi, em Roraima. Trinta pessoas foram presas e até um helicóptero foi apreendido. Os garimpos na região existem ao menos desde os anos 1980, mas, nos últimos meses, o fluxo de não indígenas em busca de ouro vem causando preocupação.

No Pará, uma operação na Terra Indígena Apyterawa, no oeste do estado, fechou um garimpo que ocupava uma área de um milhão de quilômetros quadrados. Novos inquéritos foram abertos para investigar, entre outras coisas, redes de financiamento dos garimpeiros.

Um policial federal, que atua na Amazônia e falou sob a condição de anonimato, disse que as operações mais recentes de combate a garimpos estão encorajando novas denúncias:

—Temos visto mais pessoas virem nos procurar. Quando essas denúncias chegam até nós, abrimos os inquéritos para apurar — disse. Para Ricardo Abad, especialista em sensoriamento remoto do Instituto Socioambiental (ISA), o aumento de investigações já era esperado. A flexibilização da legislação sobre mineração na Amazônia é defendida pelo presidente Jair Bolsonaro. O governo trabalha em uma proposta para regulamentar a atividade em terras indígenas. Procurado para comentar a alta de inquéritos, o Ibama não quis se manifestar. A PF e o Ministério do Meio Ambiente não responderam.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 03/11/2019****Seção: Brasil****Autor: Simone Kafruni****Título: Óleo chega a Abrolhos**

Área mais rica em biodiversidade da América do Sul, o arquipélago dos Abrolhos foi atingido pelas manchas de óleo do vazamento de petróleo cru que assola o litoral brasileiro. Ontem, a Marinha confirmou que fragmentos do óleo foram encontrados na Ilha de Santa Bárbara, uma das cinco que compõem o arquipélago, mas que não faz parte do Parque Nacional Marinho de Abrolhos.

Equipes atuam no local para a remoção do material, que também foi encontrado em Ponta da Baleia, em Caravelas. A localização do resíduo de petróleo cru foi informada pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA), formado pela Marinha do Brasil, pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) e pelo Ibama.

Moradores da praia de Caravelas, no sul da Bahia, área central do Parque Nacional Marinho de Abrolhos, disseram que têm apenas 20 kits de equipamentos de proteção individual, os chamados EPIs. Como o material é tóxico, é necessário usar máscara, luvas, botas e macacão durante a limpeza do óleo. Contudo, o clima em Caravelas é de improvisação: até mesmo crianças coletaram pelotas de óleo sem os materiais de proteção.

Anna Carolina Lobo, gerente dos Programas Mata Atlântica e Marinho do WWF-Brasil, lamenta o que considera “a maior tragédia da história na costa marinha”. “Essa situação mostra que o Brasil não está preparado para lidar com acidentes ambientais. Quando há qualquer desastre próximo a áreas de proteção ambiental, como Abrolhos, quando há qualquer desastre, não tem como resolver”, afirmou.

Segundo a especialista, os resíduos demoram mais de 20 anos para desaparecerem. “O óleo provoca zonas mortas em corais e nos manguezais, que podem não se recuperar nunca. São muito frágeis e importantes para a resiliência costeira, para proteção”, alertou. De acordo com ela, um estudo mostra que, onde há um metro branqueado de coral, as ondas aumentam e chegam com mais força na costa.

“Além disso, é um óleo muito tóxico, não só para os ambientes costeiros, mas para a saúde humana, porque tem propriedades cancerígenas. E temos peixes e crustáceos contaminados”, assinalou. Segundo a gerente do WWF-Brasil, a Vigilância Sanitária teria que fazer pesquisas em tudo. No entanto, não há

monitoramento nem fiscalização de áreas marinhas. “O país não tem uma política séria para recursos pesqueiros. Não é do atual governo, acontece há muito tempo, lamentavelmente”, disse.

Petroleira grega nega ter culpa

A petroleira grega Delta Tankers, responsável pelo navio Bouboulina, apontado pela Polícia Federal (PF) como principal suspeito do vazamento de óleo no litoral do Nordeste, se defendeu ontem e, em comunicado, disse que “não há provas” de que a embarcação seja responsável pelo incidente. Segundo a companhia, o navio não parou nem fez qualquer tipo de transferência de óleo no litoral brasileiro. Na nota, a empresa afirma não ter sido procurada por autoridades brasileiras e reitera que a carga chegou à Malásia “sem qualquer falta”.

Na sexta-feira, a Polícia Federal realizou buscas em dois endereços do Rio de Janeiro de companhias que teriam relação com o navio petroleiro de bandeira grega, a Lachmann Agência Marítima e a empresa Witt O'Brien's. Segundo o Ministério Público Federal (MPF) do Rio Grande do Norte, as investigações permitem atribuir “existência cristalina de fortes indícios” de que o óleo veio do Bouboulina.

Elogios

O procurador-geral da República, Augusto Aras, elogiou a atuação da PF e do MPF na Operação Mácula, que mira o navio grego Bouboulina. “O Procurador-Geral da República vem a público parabenizar o trabalho da PR/RN, por meio dos procuradores da República Victor Mariz e Cibele Benevides, pela excelente atuação na chamada Operação Mácula. O MPF demonstrou disciplina, harmonia com as demais instituições (PF e Marinha) e conseguiu tratar o caso do desastre ambiental na costa brasileira com a responsabilidade e o denodo que se espera dos membros do MPF”, destacou, em nota.

Aras disponibilizou a Secretaria de Cooperação Internacional para dar prioridade à Operação Mácula. “A atuação repercute de forma extremamente positiva nacional e internacionalmente, prevenindo futuros casos e, por isso, merece todo apoio da PGR”, justificou.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 03/11/2019

Seção: Brasil

Autor: Thais Martins

Título: Histórico de desastres no país

Mais de dois meses após as primeiras manchas de óleo terem sido encontradas nas praias do Nordeste, ainda são muitas as dúvidas em relação ao vazamento que ameaça os ecossistemas litorâneos da região. Não é a primeira vez que o Brasil se depara com uma situação desse tipo. Derramamentos de petróleo ocorridos no passado foram, inclusive, responsáveis para que hoje se tenha um plano de contingenciamento para tais ocorrências. Mas uma coisa é certa: o país nunca esteve diante de um desastre como o atual.

Até hoje, o acidente na refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná, em 2000, é considerado como o maior vazamento de petróleo em território brasileiro. Foram despejados em solo cerca de quatro milhões de litros. O acidente aconteceu quando o óleo cru era transferido do terminal marítimo da Petrobras em São Francisco do Sul (SC) para a Repar. Esse caso ocorreu num sistema fechado, fluvial, na bacia do Rio Iguaçu, e o do Nordeste, em um sistema mais aberto, no oceano e na costa.

De acordo com a coordenadora do Laboratório de Monitoramento Ambiental da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Clarissa Melo, não há como comparar as duas situações. “A gente já teve alguns derramamentos de óleo, mas nenhum caso semelhante a esse do Nordeste. Em termos de quantidade, o vazamento da Repar foi maior em volume, mas ocorreu em terra, situação que é mais facilmente controlada do que no mar. O caso atual ainda atinge uma área muito mais delicada. Além da costa, têm os manguezais, que são ambientes sensíveis”, explica.

Para a chefe do Departamento de Licenciamento do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Rossana Baldanzi, que atuou no acidente da Repar, o caso do Nordeste pode ser muito mais complicado de lidar. “No Paraná, o maior impacto foi em solo e, onde atingiu a água, era visível a camada de 15 centímetros de óleo”, explica.

Estragos

Mesmo assim, os danos do vazamento foram gigantescos. A superfície contaminada foi de 17,70 hectares, inclusive chegando a lençóis freáticos. Além disso, o óleo se espalhou e chegou a dois rios, o Barigui e o Iguaçu. “A princípio o vazamento foi em uma área adjacente à refinaria e, posteriormente, atingiu os rios. Então, foi possível controlar. E se sabia de onde estava vindo o óleo. Agora, não sabemos, o que dificulta qualquer operação. E, por ser um óleo pesado, que não produzimos, não estamos preparados para lidar com ele”, acrescenta Clarissa Melo, que é doutora em geociências. Hoje, a área da Repar ainda é monitorada e 98% dos estragos estão recuperados. No entanto, depois de 19 anos, o processo relativo ao vazamento ainda está na Justiça

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data:** 03/11/2019**Seção:** Brasil**Autor:****Título:** Desafios imensos pela frente

Não há país preparado para lidar com problemas como o que atinge o litoral nordestino. A opinião é do professor Renato Eugênio de Lima, diretor do Centro de Apoio Científico em Desastres da Universidade Federal do Paraná. “Acidentes com dispersão de óleo em sistemas abertos são de enfrentamento difícil. Vazamentos em uma baía, em um navio identificado ou mesmo em uma plataforma já são desafios imensos. A situação de agora, pelas informações preliminares, tem características ainda mais desafiadoras”, esclarece o professor.

Quando se fala de vazamento de petróleo no mar, o mais expressivo no Brasil ocorreu na Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, também em 2000. Na ocasião, um duto da Petrobras que ligava a Refinaria Duque de Caxias (Reduc) ao terminal Ilha d’Água, na Ilha do Governador, se rompeu. O vazamento foi de aproximadamente 1,3 milhão de litros de óleo combustível. “Apesar de ser um volume menos expressivo, ele foi muito pior, por ter atingido uma área muito sensível”, afirma Clarissa Melo, da PUC-RS. “A partir de então, a legislação se tornou mais rigorosa, expressando uma maior preocupação e prevendo sanções para os danos ambientais provocados por desastres desse tipo”, observa.

O acidente do Rio causou graves impactos socioambientais e provocou a redução de 90% da pesca na região. A Petrobras destinou R\$ 15 milhões para projetos de revitalização ambiental e assinou um convênio de mais R\$ 40 milhões. Em 2011, a mesma região sofreu novamente com novo vazamento. Dessa vez, foram 500 mil litros de óleo.

De acordo com o professor Renato Eugênio de Lima, o Brasil poderá aprender muito com o desastre atual. “Devemos utilizar toda nossa capacidade para enfrentar o problema neste momento, mas temos também a obrigação de aprender as lições que vierem dessa experiência”, destaca. Para isso, ele ressalta a importância da pesquisa. “Investimentos em conhecimento científico para prevenção e preparação para resposta são sempre menores que os custos de qualquer desastre.”

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 03/11/2019****Seção: Simone Kafruni****Autor: Economia****Título: 12 empresas disputam quatro áreas do pré-sal**

O Brasil fará, nesta semana, um leilão sem precedentes e que nunca mais se repetirá na indústria mundial de petróleo. Na quarta-feira, a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) oferta quatro áreas desenvolvidas do pré-sal na Bacia de Santos, da chamada cessão onerosa. A expectativa do governo é arrecadar R\$ 106,5 bilhões se todas forem arrematadas. Doze companhias estão na disputa, entre elas, a Petrobras, que exerceu o direito de preferência em Búzios e Itapu. No dia seguinte, a estatal concorre, com outras 16 companhias habilitadas, no certame de mais cinco áreas, da 6ª rodada de partilha, cuja estimativa é de arrecadação de R\$ 7,9 bilhões. Se os dois forem bem-sucedidos, o governo vai encher os cofres públicos com R\$ 114,4 bilhões em bônus de assinatura.

Para os especialistas, nem mesmo o vazamento de petróleo cru que provoca manchas de óleo no litoral do Nordeste há mais de dois meses pode tirar a atratividade da cessão onerosa (veja para saber mais). No entanto, os analistas divergem quanto à expectativa de a disputa ser acirrada. O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, garantiu que a estatal “vai entrar para ganhar”, mas duas companhias — BP e Total — desistiram da concorrência em outubro, apesar de habilitadas pela ANP.

Na sexta-feira, a petroleira brasileira assinou termo aditivo do contrato que prevê o ressarcimento de US\$ 9 bilhões, cerca de R\$ 34,1 bilhões. “Foi uma grande vitória. A Petrobras e o governo, unidos por um só objetivo, de colocar o Brasil no caminho da prosperidade, conseguiram em pouco tempo que nosso sonho se concretizasse. O Brasil está de parabéns”, declarou Castello Branco. “Finalmente teremos o leilão do excedente da cessão onerosa, que é o maior leilão de petróleo do mundo, com ativos de classe mundial”, acrescentou.

O que o torna especial e com um bônus de assinatura tão alto, segundo Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), é o fato de os blocos já estarem produzindo óleo, sem risco exploratório. O regime foi criado em 2010 para capitalizar a Petrobras, num contrato de 5 bilhões de barris de óleo equivalente (boe), mas, ao explorar o pré-sal, a estatal descobriu que a reserva pode chegar a 15 bilhões de boe. Essa diferença é que será leiloadada. “O megaleilão do dia 6 é diferenciado. Nunca houve no Brasil nem no mundo algo dessa magnitude, com uma reserva de 10 bilhões de barris”, diz.

Indenização

Além da União, que ressarcir a Petrobras em R\$ 34 bilhões para fazer o leilão — dinheiro que a estatal vai usar para pagar o bônus de assinatura —, quem vencer também terá de indenizar a companhia. Como exerceu preferência em duas áreas, se houver outro vencedor, a petroleira brasileira pode migrar para o consórcio com 30%, sendo a operadora. “Isso vai fazer com que não tenha concorrência. Normalmente, quando ela declara preferência, ninguém apresenta oferta”, explica Pires.

Por isso, o diretor do Cbie aposta que o governo vai levar o excedente mínimo de óleo lucro. “Em cada bloco, vai aparecer apenas um interessado. Acho até que não saem os quatro”, estima. Isso porque o leilão envolve cifras bilionárias. “Além do bônus e do ressarcimento à Petrobras, que fala em R\$ 45 bilhões, enquanto o TCU (Tribunal de Contas da União), R\$ 34 bilhões, o vencedor terá que fazer investimentos. O valor é tão alto que equivale a comprar uma petroleira”, alerta o diretor do Cbie.

Para Miguel Neto, sócio do escritório Miguel Neto Advogados, o leilão será concorrido. “Apesar de haver notícias de que está caro e de que a Petrobras foi ambiciosa e colocou o valor de reembolso muito alto, acho que vai ser muito disputado”, aposta. “Na indústria do petróleo, existe o risco de exploração. A empresa pode investir bilhões e não tirar nada. Isso não existe na cessão onerosa. Claro que haverá disputa, afinal, quem vende um poço que já está dando petróleo?”, indaga.

Lívia Amorim, coordenadora da área de direito administrativo e regulatório do escritório Souto Correa, compartilha da mesma opinião de Neto, mas faz ressalvas. “Vai ter disputa por conta da relevância dessa reserva em termos mundiais. Porém, o bônus é bem alto. Além disso, o grande ponto da cessão onerosa é a complexidade jurídica. O regime é único e terá de ser compatível com o de partilha, envolve unitização e acorde de coparticipação”, ressalta.

A 6ª rodada do regime de partilha, que ocorre no dia seguinte ao megaleilão, é importante como marco, na visão de Miguel Neto. “É uma demonstração de direção e reafirmação do governo sobre privatizações e divisão com a iniciativa privada”, avalia. “Será no regime de partilha normal, não são valores altos e não é complexo do ponto de vista jurídico”, analisa Lívia. A arrecadação prevista é muito menor porque há risco de exploração nas áreas ofertadas.

É consenso entre os três especialistas de que o vazamento de óleo não terá impacto na atratividade do leilão. “Não tem nada a ver com a produção. Já se considera que foi um navio com bandeira grega. A indústria de óleo é de risco ambiental. No último leilão, a área que a ANP ofereceu perto de Abrolhos, ninguém comprou por medo de um acidente ambiental, que pode acabar com uma empresa”, avalia Pires, do Cbie. Para o advogado Miguel Neto, o vazamento é “muito mais exploração política”. “Não vai impactar em absolutamente nada. Acho mais perigoso o fato de estar caro. As duas

companhias que desistiram sinalizaram para o mercado de que o preço é alto demais”, pondera.

Para ambientalistas, contudo, o governo está tratando de forma prioritária os dois leilões de petróleo sem se preocupar com o desastre ambiental do vazamento que ocorre no litoral do Nordeste. “O óleo não para de chegar às praias e, apesar dessa discussão infundável sobre sua origem, ao que tudo indica, não é navio, porque o vazamento não está tão longe da costa brasileira. Digo isso, com base em uma análise de dinâmica de maré, de corrente, e da consistência do óleo. Não sabemos se é pré-sal ou águas rasas. Há indícios de que a origem são poços perfurados que não tiveram manutenção e não estão conseguindo fechar. De qualquer forma, é da indústria do petróleo”, afirma um técnico de uma organização ambiental reconhecida mundialmente.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 03/11/2019

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Venda de blocos já exploradas

Para saber mais

A cessão onerosa é um regime de contratação direta de áreas específicas da União, para a Petrobras. A Lei nº 12.276/2010 concedeu à estatal o direito de extrair até 5 bilhões de barris de óleo equivalente (boe) no pré-sal, na Bacia de Santos. Como foram encontrados volumes superiores, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) autorizou a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a licitar o excedente, no regime de partilha da produção. A diferença dessa rodada é que serão ofertadas áreas de desenvolvimento, sem risco exploratório, porque a Petrobras já realizou a fase de exploração e declarou a comercialidade das áreas. As empresas que vencerem o leilão terão que ressarcir a estatal pelos investimentos realizados. Portarias do Ministério de Minas e Energia (213, 251 e, posteriormente, 363) estabelecem as diretrizes para o cálculo dessa compensação.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 03/11/2019

Seção: Brasil S/A

Autor:

Título: Dinheiro dividido e com gasto limitado

Para não correr o risco da maldição do petróleo — recurso que gera alta arrecadação, com muito dinheiro sendo mal gasto, como ocorre na Venezuela —, o Executivo e o Congresso Nacional garantiram em lei o destino dos R\$ 106,5 bilhões, que serão divididos entre Petrobras, União, estados, Distrito Federal e municípios, e limitaram os gastos permitidos aos entes públicos.

Após o ressarcimento da Petrobras em R\$ 34,1 bilhões, a Lei 13.885, de 17 de outubro de 2019, prevê que os R\$ 72,4 bilhões serão assim divididos: 15% para os estados; 15% para os municípios, 3% para o Rio de Janeiro, que é o estado onde estão as áreas; e 67% para União. Entre os estados, a divisão será em dois terços de acordo com os critérios do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e um terço, seguindo as regras do Fundo de Exportação (FEX) e da Lei Kandir (veja os valores na página ao lado). Os recursos serão repartidos entre os municípios de acordo com os critérios do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

As cotas bilionárias, no entanto, são dinheiro marcado. Os estados e o Distrito Federal só poderão gastar os recursos para o pagamento de despesas previdenciárias com os fundos de servidores públicos e de contribuições sociais, inclusive decorrentes do descumprimento de obrigações acessórias e incidentes sobre o décimo terceiro salário. Os municípios destinarão os recursos para criação de reserva financeira específica para pagamento das despesas previdenciárias com os fundos de servidores públicos e contribuições sociais. Todos os entes estão liberados para gastar com investimentos.

MME / ASCOM .